



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE ANADIA
C.G.C. 24.176.240/0001-00
Rua Professor Nicodemos Jobim, sn – Centro.
CEP 57660-000 Anadia - Alagoas.

LEI N° 527/2009.

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Anadia-AL:

Faço saber que a Câmara Municipal de Anadia-AL, aprovou e eu, nos termos do § 7º, artigo 49 da Lei Orgânica Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, órgão de deliberação coletiva, com a finalidade de elaborar e implementar, em todas as esferas da administração, políticas públicas sobre a ótica de gênero, para garantir a igualdade de oportunidade e de direitos entre homens e mulheres de forma a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania.

Art. 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tem as seguintes competências:

- I – desenvolver ação integrada e articulada com o conjunto de secretarias e demais órgãos públicos para a implementação de políticas públicas comprometidas com a eliminação dos preconceitos e desigualdades de gênero;
- II – prestar assessoria ao Poder Executivo, emitindo pareceres, acompanhando a elaboração e a execução de programas de governo no âmbito municipal bem como opinar sobre as questões referentes à cidadania da mulher;
- III – estimular, apoiar e desenvolver estudos e debates sobre as condições em que vivem as mulheres na cidade e no campo, propondo políticas públicas para eliminar todas as formas de discriminação;
- IV – preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da mulher;
- V – divulgar, fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor relacionada aos direitos assegurados à mulher;
- VI – sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituíam discriminações contra as mulheres;
- VII – sugerir a adoção de providências legislativas que visem a eliminar e discriminação de gênero, encaminhando-as ao poder público competente;
- VIII – promover intercâmbio e firmar convênios ou outras formas de parcerias com organismos nacionais e internacionais, públicos ou particulares, com o objetivo de incrementar o programa do Conselho;

IX – manter canais permanentes de diálogo e de articulação com o movimento de mulheres em suas várias expressões, apoiando as suas atividades sem interferir em seu conteúdo e orientação própria;

X – receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra a mulher, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis, além de acompanhar os procedimentos pertinentes;

XI – prestar acompanhamento e assitências jurídica, psicológica e social às mulheres vítimas de violência, de qualquer faixa etária;

Art. 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será constituído por 10(dez) membros, sendo 05 (cinco) representando o poder público e 05 (cinco) representando a sociedade civil, respectivamente:

I – 01 representante do Gabinete da(o) Prefeita(o);

II – 01 representante da Secretaria da Educação;

III – 01 represntante da Secretaria de Saúde;

IV – 01 representante da Secretaria de Assistência Social;

V – 01 representante da Secretaria de Agricultura;

VI – 01 representante da associação de Pais;

VII – 01 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

VIII – 01 representante da Pastoral da Criança;

IX – 01 representante do Grupo de Jovens;

X – 01 represntante de Associação Comunitária.

§ 1º - Para cada conselheira titular haverá uma suplente indicada pelo mesmo órgão que indicou a titular.

§ 2º - Dar-se-á vacância de conselheira efetiva nos casos de falecimento, renúncia, ausência imotivada a três reuniões consecutivas e prática de ato incompatível com a função de conselheira, assumindo, nesse caso, a suplente.

§ 3º - A participação no CMDM como conselheira será considrada função relevante e não será remunerada, devendo ser escolhidas mulheres comprometidas com a causa e que sdesenvolvam atividades em defesa e promoção dos direitos da mulher.

Art. 4º - A duração do mandato das conselheiras será de dois anos permitida uma única recondução.

Art. 5º - A Direção do CMDM será composta por um aPresidenta e uma Vice-Presidenta, que serão escolhidas livremente pelo colegiado, entre seus membros titulares, para o mandato de dois anos, permitida uma única reeleição.

Art. 6º - O CMDM poderá instituir Grupos Temáticos e Comissões, de caráter temporário, destinado ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos submetidos a sua composição plenária

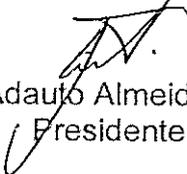
Art. 7º - O Gabinete da(o) Prefeita(o) disponibilizará recursos humanos, espaço físico próprio e todo material necessário ao pleno desenvolvimento das atividades das conselheiras.

Art. 8º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher poderá solicitar a(ao) Prefeita(o) que sejam colocados à sua disposição servidores(as) públicos(as) municipais necessários para o atendimento de suas finalidades.

Art. 9º - O CMDM terá prazo de três meses, contados a partir da publicação desta Lei, para elaborar seu regimento Interno, submetendo-o à apreciação do Poder executivo.

Art 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Anadia-AL, em 03 de abril de 2009.


José Adauto Almeida Rocha
Presidente

Publicada, registrada e arquivada na Secretaria da Câmara Municipal de Anadia – AL, em 03 de abril de 2009.